

=====ACTA N.º02/06=====

-----REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOLEGÃ, REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DO ANO DE 2006:-----

-----Aos vinte cinco dias do mês de Janeiro do ano DOIS MIL E SEIS, nesta vila de GOLEGÃ, no edifício dos PAÇOS DO CONCELHO, SALA DAS SESSÕES, pelas 16,00 horas, reuniu ordinariamente a CÂMARA MUNICIPAL, estando presentes, além do EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE JOSÉ TAVARES VEIGA SILVA MALTEZ, OS SENHORES VEREADORES RUI MANUEL LINCE SINGEIS MEDINAS DUARTE, ANTÓNIO FRANCISCO PIRES CARDOSO, ANA ISABEL MADEIRA MOTA SAMPAIO CAIXINHA DUQUE E RUI AUGUSTO GONÇALVES SARDINHA, comigo, PEDRO MIGUEL FERREIRA HENRIQUES, CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.-----

-----Depois do EX<sup>MO</sup>. SENHOR PRESIDENTE ter declarado aberta a reunião procedeu-se à leitura, em voz alta e na presença simultânea de todos, da acta da reunião do Executivo Camarário de 11 de Janeiro de 2006, tendo sido aprovada unanimidade.-----

-----Foi presente o balancete de Tesouraria do último dia útil, apresentando um total de disponibilidades no valor de euros (MIL EUROS E CÊNTIMOS), sendo euros (MIL, EUROS E CÊNTIMOS), de operações não orçamentais.-----

-----Antes da ordem do dia, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Vereador Rui Sardinha que se pronunciasse sobre o teor da mensagem SMS que dirigiu aos membros do executivo, referente ao boletim Golegã em Notícia.-----

-----O Senhor Vereador Rui Sardinha entregou então, um pedido escrito de esclarecimentos, em que solicita resposta detalhada e urgente a 22 questões sobre o boletim do Município.-----

-----O Senhor Presidente informou que o faria de imediato relativamente a todas as questões, passando a ditar para a acta as seguintes respostas:-----

-----1) O Senhor Vereador Rui Sardinha não foi envolvido na elaboração do Boletim Municipal porque

se trata de uma publicação cuja direcção pertence ao Presidente da Câmara e relativamente à qual nunca, em tempo algum, um Vereador da oposição foi envolvido. A que propósito o vereador da oposição deveria participar na elaboração de uma publicação em que se evidenciam aspectos da governação autárquica, quando é certo que nem sequer dela faz parte integrante?-----

-----2) A decisão da alteração da periodicidade do boletim prende-se com a intenção de estar mais próximo do Município, de o esclarecer melhor, tendo ainda o propósito de diminuir a carga de informação nos boletins anuais, onde não fazia grande sentido estar a descrever em Outubro o que se havia feito em Janeiro. Além do mais, o preço de três boletins com esta periodicidade não excede o preço do boletim anual.-----

-----3) O boletim também expressa a actividade da Assembleia Municipal, cujas deliberações são, algumas vezes, pouco conhecidas dos Municípios. A menção que é feita no boletim à aprovação por unanimidade do orçamento e GOP para 2006 diz respeito à Assembleia Municipal, onde essa aprovação foi, de facto, por unanimidade. Contra factos não há argumentos.-----

-----4) A direcção do boletim é do Presidente da Câmara, que utiliza as notícias e frases que melhor entende. O sentido da interrogação “confiança em quem governa?” é pretender expressar uma situação de facto sem afrontar algumas pessoas, designadamente aqueles que parecem não merecer a confiança dos que os elegeram, como os eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal, cujo desempenho não foi consentâneo com as responsabilidades de que estão investidos.-----

-----5) Julguei que essas questões estavam respondidas. Provavelmente ainda não houve tempo.-----

-----6) Não há qualquer deliberação nesta matéria. Trata-se de uma competência.-----

-----7) Os recursos humanos envolvidos resumiram-se à utilização da Técnica Superior Dra. Elsa Lourenço.-----

-----8) As horas extraordinárias que se reportam à feitura do boletim relacionadas com a utilização da Técnica Superior mencionada no número anterior importam a quantia de 105,82 euros.-----

-----9) Refiro-me a quem tem escondidas intenções de dividir.-----

-----10) A justificação é que se trata da verdade, embora custe a algumas pessoas.-----

-----11) Porque achei mais bonito e estamos todos muito bem. Era a mais fotogénica.-----

-----12) É a verdade. Não há nada mais perinente que a verdade.-----

-----13) Cerca de 80%, o que constitui a quase totalidade. A Técnica é contratada pela Câmara Municipal, que lhe paga vencimento, tendo ainda proporcionado o seu transporte para o local. O espaço do Pavilhão Desportivo da Golegã foi preparado, também, para o efeito, tendo ainda sido disponibilizado o Engenheiro Paulo Rodrigues. Também os espectáculos que decorreram na Musical 1º de Dezembro e no Centro Social Paroquial se deveram, na realidade, à imolicação da Câmara Municipal.-----

-----14) Porque é verdade e porque no boletim municipal queremos mostrar que Azinhaga e Golegã merecem o mesmo tratamento e consideração. A Câmara aposta forte na Azinhaga.-----

-----15) Porque o boletim pretende dar expressão à actividade do Município. As juntas de freguesia deverão, querendo, promover as suas próprias publicações.-----

-----16) Para que, de forma didáctica e pedagógica, se evidencie junto dos munícipes a beleza da construção dentro da arquitectura tradicional, com utilização de materiais próprios da nossa região, o Ribatejo.-----

-----17) Os funcionários também têm opinião.-----

-----18) Não houve nenhum critério especial nem instruções quanto ao teor das mensagens.-----

-----19) O que saiu no boletim foram as deliberações de Câmara e não as intervenções dos vereadores.-

-----20) Autorização para quê? Estamos no domínio da informação pública.-----

-----21) A nomeação do Vice-Presidente é feita através de despacho e não de deliberação de Câmara. --

-----Se o Senhor Vereador Rui Sardinha não reconhece esse despacho o problema é seu. Do mesmo modo, se considera essa nomeação desprestigiante para a Azinhaga, o problema também é seu, porque o executivo e a população do Concelho assim não o entendem. Porque é que a nomeação é desprestigiante para a Azinhaga? Em homenagem a que espécie de princípios ou critérios há-de o Vice-Presidente ser da Azinhaga?-----

-----22) Não se tratou de nenhuma cerimónia protocolar. Ainda assim, devo informar o Senhor vereador do PSD, caso não tenha entendido, que só é convidado para as homenagens ou eventos que o Presidente da Câmara entender.-----

-----Procedeu-se então, de seguida, à resolução dos assuntos constantes na ordem do dia.-----

-----**Gabinete de Apoio à Presidência**-----

-----**1-Doação de imagem religiosa**-----

-----Foi presente comunicação do Senhor Fernando Sobral Antunes, informando a sua pretensão de doar à Câmara Municipal uma Imagem de Nossa Senhora da Conceição, para colocação no nicho existente junto à Rotunda do Cavallo.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a doação, agradecendo o gesto e amabilidade evidenciadas pelo Senhor Fernando Sobral Antunes.-----

-----**2- Doação de material informático**-----

-----Foi presente comunicação da Senhora D<sup>a</sup>. Maria Margarida da Guia Duarte André, informando a sua pretensão de doar à Câmara Municipal uma impressora e um monitor, sugerindo a sua utilização pelas escolas do concelho.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a doação, agradecendo o gesto e amabilidade evidenciadas pela Senhora D<sup>a</sup>. Maria Margarida da Guia Duarte André.-----

-----**Divisão Municipal de Administração e Finanças.**-----

-----**3- Loja nº7 do Mercado.**-----

-----Foi presente requerimento de Maria Celeste Duque, solicitando a atribuição da Loja nº7 do Mercado Municipal, para instalação de um Pronto-a-Vestir.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir o espaço pretendido, autorizando a Senhor Presidente a outorgar o respectivo contrato de arrendamento pelo valor constante na Tabela de Taxas Municipais.-----

-----**4- Processo de contra-ordenação. Pedido de pagamento em prestações.**-----

-----Foi presente informação do Chefe da Divisão de Administração e Finanças, onde se expressa a impossibilidade legal para autorizar a pretensão do requerente relativamente ao prazo de 36 meses.-----

-----A Câmara deliberou assim, por unanimidade, autorizar o pagamento da coima em 24 meses, o prazo máximo autorizado por lei.-----

-----**Divisão Municipal de Intervenção Social.**-----

-----**5- Carta Educativa do Município.**-----

-----O Senhor Presidente abordou em traços largos os termos da Carta, tendo o Senhor Vereador Rui Sardinha manifestado o seu agrado com o documento apresentado e que a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal.-----

-----**6- Normas de funcionamento da Biblioteca Municipal.**-----

-----Foi presente proposta de normas de funcionamento da Biblioteca Municipal, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar o documento, que deverá ser submetido a inquérito público.-----

-----**7-Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico. Convite para adesão.**-----

-----Uma vez que o documento apresentado não era claro quanto aos montantes eventualmente envolvidos no processo de adesão, a Câmara deliberou, por unanimidade, pronunciar-se sobre esta matéria logo que obtidos os esclarecimentos devidos junto da Associação.-----

-----**8- Auxílios económicos. Mudança de escalão de aluno.**-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a mudança de escalão de Gonçalo Alexandre Feijão, que passará a situar-se na letra A.-----

-----**9- Protocolo de colaboração com o Centro de Formação de Almeirim.**-----

-----Foi presente protocolo de colaboração com o Centro de Formação de Almeirim, relativo ao Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e Conhecimentos Adquiridos no Percorso de Vida, relativamente ao qual o Senhor Vereador Rui Sardinha observou algumas incorrecções e, em seu entender, incongruências. Designadamente, considerou despropositados os termos em que se apresentam os objectivos do protocolo, uma vez que esses objectivos existem desde 2003, ao contrário do que parece

fazer supor o protocolo, que os apresenta como finalidade específica do documento. Referiu ainda que a cooperação entre as partes signatárias prevista no nºII não tem que autorizar quaisquer percursos de educação e formação, uma vez que isso já se faz sem necessidade de acordos desta natureza. Quanto aos direitos e obrigações das partes, tal qual se encontram expressos no nºIV, o Senhor Vereador Rui Sardinha considerou existir uma ilegalidade, uma vez que, alegou, a Câmara não pode por lei recrutar e seleccionar utentes, mas apenas disponibilizar instalações e equipamentos, bem como recepcionar inscrições. A competência para estas matérias, continuou, é da entidade creditada pelo IIEFP e pela Direcção Geral de Formação Profissional. De outro modo, finalizou, pareceria que só a Câmara Municipal reconheceria oficialmente estes cursos, o que não é correcto. -----

-----O Senhor Presidente referiu que os termos do protocolo foram remetidos pelo Centro de Formação Agrícola de Almeirim, encontrando-se, em seu entender, consentâneos com os objectivos da acção desenvolvida. -----

-----Submetido à votação, o Protocolo foi ratificado, por maioria, pela Câmara Municipal, tendo-se absterido o Senhor Vereador Rui Sardinha pelos motivos expressos na sua intervenção.-----

-----**Divisão Municipal de Obras, Urbanismo e Ambiente.** -----

-----**10- Cedência do direito de superfície. Joaquim Luís Pereira Borges.** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do direito de superfície do terreno onde se encontra implantada a moradia de Joaquim Luís Mota Moreira Borges a Manuel Vieira Cardoso.---

-----**11- Condução de água. Prolongamento em Vale Pintos. Orçamento.** -----

-----Tendo em atenção a deliberação tomada na reunião anterior, foi presente o orçamento para realização dos trabalhos pretendidos. -----

-----O Senhor Vereador Rui Sardinha referiu não entender a benfeitoria para a população que resulta deste prolongamento, questionando o Senhor Presidente sobre a situação dos terrenos no âmbito do PDM.-

-----O Senhor Presidente referiu que existe uma parte da condução de abastecimento que se situa na área de reserva do PDM, não tendo presente exactamente com que dimensão, tendo o Senhor Vereador Rui

Sardinha considerado que a Câmara não deve financiar interesses privados.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não de tratam de interesses privados mas sim do interesse de munícipes que pretendem poder utilizar água da rede pública, pagando obviamente essa utilização ao Município.-----

-----Submetido a proposta a votação, a Câmara deliberou por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Rui Sardinha, comparticipar 50 % do valor de orçamento apresentado, no montante de 1.887,21 €. -----

-----**12- Projectos de Arquitectura.** -----

-----**Processo 75/05. José Luís Sequeira Gomes.** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**13- Projectos de Especialidades.** -----

-----**Processo 57/05. António José Felicidade Salgado.** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Processo 29/05. Quinta da Melhorada.** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Processo 36/05. Maria da Conceição Santos Umbelino.** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Processo 38/05. José Manuel Pereira Godinho.** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Processo 55/05. Joaquim Silvino Conceição Silva.** A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**Vereador António Pires Cardoso.** -----

-----**14- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Golegã.** -----

----- O Senhor Vereador António Pires Cardoso trouxe ao conhecimento da Câmara o pedido da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, em que é solicitada a antecipação do pagamento dos subsídios mensais referentes ao primeiro semestre de 2006. O Senhor Vereador evidenciou ainda a difícil situação vivida pela Associação Humanitária, sobretudo no que diz respeito aos compromissos assumidos com fornecedores, referindo que em seu entendimento a Câmara Municipal deverá ajudar caso tenha possibilidade. Assim, referiu ainda, parece-lhe que a pretensão requerida poderá merecer acolhimento-----

-----O Senhor Vereador Rui Sardinha entregou um documento escrito ao Senhor Presidente, onde considera que a avaliação deste pedido por para da Associação Humanitária deverá ser precedida da análise

do Relatório e Contas de 2005 aprovado pela Direcção, do Parecer do Conselho Fiscal, da Situação Financeira no momento actual, da relação de dívidas de curto prazo mais preocupantes, da previsão de consequências relacionadas com atrasos de pagamento a fornecedores e da estratégia da direcção para uma eficácia de gestão diária que ultrapasse a impossibilidade de recebimento do protocolado subsídio mensal, ao longo do primeiro semestre de 2006.-----

-----O Senhor Presidente referiu que a Câmara apenas tem que tomar conhecimento da antecipação dos valores, não sendo necessário deliberar sobre a matéria uma vez que não se trata de qualquer alteração de valores ou modificação das dotações orçamentais previstas. Trata-se apenas de uma antecipação de pagamento. Disse ainda o Senhor Presidente que iria transmitir à Associação Humanitária o pedido do Senhor Vereador. -----

-----**15- Fora da ordem de trabalhos.**-----

-----**Tabela de Taxas. Complexo das Piscinas Municipais**-----

-----O Senhor Vereador Pires Cardoso propôs que, tendo em atenção a circunstância de os preços associados à utilização do complexo se encontrarem em vigor há apenas quatro meses, a actualização anual prevista genericamente para a Tabela de Taxas Municipais, relacionada com a taxa de inflação, não tivesse aplicabilidade nos valores de utilização do Complexo das Piscinas, uma vez que lhe parece desajustado onerar nesta altura uma actividade tão recente. -----

-----O Senhor Vereador Rui Sardinha concordou com este entendimento, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, autorizar a inaplicabilidade da actualização anual aos valores associados ao Complexo das Piscinas Municipais durante o ano de 2006, submetendo esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----**16- Aprovação da Acta em minuta**-----

-----Mais foi deliberado por UNANIMIDADE, nos termos do nº3, do art.92º, da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a acta em minuta, a fim de produzirem efeitos imediatos, as deliberações constantes nos pontos 7, 8, 10, 14 e 15.-----

-----**17 -Encerramento:** -----

-----Quando eram 19.00 horas, o EXMO. PRESIDENTE declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Pedro Miguel Ferreira Henriques, Chefe da Divisão Municipal de Administração e Finanças, mandei redigir subscrevo e também assino. -----